

Dívida Externa

Serenidade e altivez

20 FEV 1987

O Brasil entrou em área de turbulência na rota que está seguindo para negociar a nossa dívida externa. Diante dessa realidade, a prudência recomenda que todas as medidas de segurança sejam adotadas com vistas a garantir o melhor desempenho possível do País, diante das alternativas de risco que possam comprometer a estabilidade de nossa economia.

A Nação deve mobilizar todas as suas forças, buscando uma unidade de ação que demonstre a solidariedade que povo e Governo estão solidários, agindo em bloco, conscientes, de que o melhor será feito, dentro das disponibilidades realizadas a partir do contencioso, que exclua a recessão econômica, o desemprego e novos sofrimentos para a sociedade.

O País dispõe-se a cumprir as suas obrigações e honrar os compromissos assumidos com o aval do Tesouro Nacional. Como tomador maior do endividamento e seu responsável exclusivo — assumindo a dívida pública e privada, por força do nosso gerenciamento cambial — o Governo não se nega a pagar. Todavia não se dispõe ao suicídio de uma recessão que, fatalmente, terá repercussões imprevisíveis em nossa ordem econômica e social.

Feitas as contas e projetadas as receitas cambiais, o Tesouro Nacional fecha um balanço onde simplesmente não existem rubricas de receita que garantam saldar o serviço da dívida. O que fazer, o que buscar?

Não é de agora a definição brasileira de que o País não se submeterá a imposições que representem castigos imerecidos para

o povo, notadamente para as categorias sociais de baixa renda. O presidente José Sarney, em pronunciamento feito da tribuna da Organização das Nações Unidas, manifestou-se a respeito, ao anunciar que não levaria o povo ao sacrifício e que iria desenvolver gestões onde essa sua decisão iria prevalecer. Em ressonância às palavras do Chefe da Nação, também confirmaram esses propósitos todas as autoridades que participaram, até aqui, das negociações.

Não se trata, como se vê, de bravata de última hora, ou de colocações de circunstância. Também não é nosso propósito iniciar um processo de retaliação e nem está em causa uma predisposição para a levianidade ou a busca da via obliqua que acoberte a irresponsabilidade.

A Nação trabalha obstinadamente para recuperar o equilíbrio interno. Os esforços se multiplicam para atender ao mercado externo, mantendo a pauta de exportações nos limites de satisfação para cobrir as trocas internacionais. Tanto para a saída quanto para a entrada de bens. Causas adversas fizeram frustrar o Plano Cruzado que, à época de seu lançamento, mereceu aplausos de toda a imprensa mundial. E recebeu, ao longo de sua fase de êxitos, referências gratificantes aos resultados então colhidos. Nesse particular, os testemunhos são consagradores e irrecusavelmente favoráveis.

Em que pese esse posicionamento otimista, o capital internacional manteve ao longo de 1986, um comportamento contraditório,

ampliando as remessas para o exterior e diminuindo para níveis críticos o ingresso de divisas em favor de projetos de interesse de nossa economia. Ainda dentro desse contexto de contradições, o nosso principal parceiro, os Estados Unidos, mantiveram um processo restritivo para numerosos itens de nossas exportações, sem mencionar o aspecto gravíssimo da redução dos preços pagos às mercadorias brasileiras.

Os povos em desenvolvimento mantêm um endividamento externo já superior a US\$ 850 bilhões. Essa quantia fantástica resulta em encargos que estão acima de qualquer capacidade de pagamento. Dentro dessa visão, o Brasil entende que os compromissos estão de pé, para cumprir os cronogramas de desembolso. Os débitos para honrá-los, todavia, devem ser objeto de uma ampla negociação, onde sejam medidas e avaliadas, em via dupla, as condições para saldá-las.

A Nação não deseja a moratória, que seria contrária à nossa índole e incompatível com a melhor tradição que até aqui tem mantido, em destaque o conceito do País no contesto financeiro internacional. Também não a recusará na hipótese da falta de alternativa. Esse é o quadro real que se projeta a partir das posições oficiais de nossas autoridades maiores onde se destaca a maior delas, representada pelo presidente José Sarney. Estamos nessa luta armados pela determinação, pela seriedade e pelas certezas que nos animam de estar defendendo a melhor causa.

Com serenidade e altivez.